

**Impresso
Especial**

9912290136/2012-DR/PR
IPARDES

...CORREIOS...

Análise Conjuntural

IPARDES

ISSN 0102-0374

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.34, n.11-12, novembro/dezembro 2012

sumário

- 3 BRASIL: CURTO PRAZO E RETOMADA DO INVESTIMENTO
Gilmar Mendes Lourenço
- 7 OS LIMITES DA ATUAL POLÍTICA ECONÔMICA
Julio Takeshi Suzuki Júnior e Francisco José Gouveia de Castro
- 10 A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PARANAENSE EM 2012
Francisco José Gouveia de Castro
- 14 O COMÉRCIO ENTRE PARANÁ E RÚSSIA
Guilherme Amorim
- 17 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 20 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CASSIO TANIGUCHI - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

GILMAR MENDES LOURENÇO

Diretor-Presidente

EMILIO KENJI SHIBATA

Diretor Administrativo-Financeiro

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor do Centro de Pesquisa

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO (*Editor*)

Equipe

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

CASSIANO CORRÊA DE OLIVEIRA (*Estagiário de Economia*)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão de texto*)

ANA BATISTA MARTINS (*editoração eletrônica*)

DORA SÍLVIA HACKENBERG (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

À primeira vista, a retórica recente do governo federal, ao conferir, no arcabouço econômico, prioridade à expansão dos investimentos em ampliação e modernização da produção e em capital social básico, teria incorporado o diagnóstico de que a principal restrição à retomada de uma etapa virtuosa de crescimento no País estaria residindo no lado da oferta do sistema.

Tanto que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu apenas 0,6% e 0,9% no terceiro trimestre de 2012, frente aos três meses anteriores e igual período de 2011, respectivamente. Já no acumulado do ano e em doze meses encerrados em setembro de 2012, a variação foi de 0,7% e 0,9%, respectivamente, retratando uma verdadeira letargia do ciclo de produção e de negócios, reveladora do alcance da situação de fadiga dos elementos de empuxe, sintetizados no consumo das famílias e do governo.

Mas a tragédia efetiva repousa na depressão dos investimentos, ou na formação bruta de capital fixo – que expressa as aplicações em máquinas, equipamentos e na construção civil –, que vem experimentando trajetória descendente há cinco trimestres, com decréscimo acumulado de 5,9%, fenômeno que não ocorria desde o ano de 2001, quando a taxa de inversão foi afetada pela imposição de cotas ao consumo de energia elétrica, em razão da insuficiência de chuvas e de investimentos pretéritos.

As aplicações em ativo fixo (públicas e privadas) declinaram -2,0%, entre julho e setembro, em comparação com o intervalo de tempo compreendido entre abril e junho de 2012, e -5,6% quando confrontadas com abril-junho de 2011. Entre janeiro e setembro do ano e em doze meses terminados em setembro de 2012, as reduções foram de -3,9% e -2,4%, respectivamente.

A taxa de investimento atingiu 18,7% do PIB no terceiro trimestre de 2012, ante os 20,0% registrados no mesmo período de 2011, e as vendas de máquinas no mercado interno brasileiro caíram -14,6% entre janeiro e outubro de 2012, em cotejo com idêntico período de 2011, retrocedendo aos patamares observados em 2007, de acordo com acompanhamento da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

O pressuposto do desnível pela órbita da oferta pode ser melhor observado no reconhecimento, ainda que velado, da fraqueza financeira do Estado em permanecer responsável exclusivo pelo planejamento e implantação de projetos logísticos, essencialmente de grande porte, encobertos pela burocracia de alguns ministérios e agências – sensíveis a interferências de natureza política, a interesses corporativos e a verdadeiros sítios de corrupção – e prejudicados pela precária gestão pública.

Daí a manifestação explícita de resgate da agenda de transferência dos serviços públicos ao setor privado – que começou com os aeroportos de Guarulhos, Campinas e Brasília –, abarcando parte da malha de transportes rodoviário e ferroviário e devendo englobar as bases portuária e aeroportuária, sob a coordenação da recém-criada Empresa de Planejamento e Logística (EPL), originalmente concebida para gerenciar o polêmico, e carente de planejamento, Trem Bala.

Em linha análoga, em atendimento a uma fração dos reclames do setor privado, capitaneados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), as autoridades vêm emitindo acenos e anunciando propostas concretas dirigidas à redução das despesas diretas e indiretas de produção das empresas, especialmente no campo dos tributos e da energia elétrica.

Lembre-se aqui que os permanentes aumentos da carga de impostos no Brasil, ocorridos principalmente depois de 1994, vêm sendo destinados, prioritariamente, à cobertura das despesas correntes dos governos, em suas distintas esferas (federal, estadual e municipal), o que serve para suprimir eficiência da órbita privada ligada à produção.

* Economista, diretor-presidente do IPARDES.

Estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne os países mais ricos do planeta, mostra que, em 2010, a cesta de impostos brasileira (32,4% do PIB) era 67,0% superior à média dos países da América Latina (19,1% do PIB) e maior que a de 17 países integrantes daquela entidade. Em semelhante sentido, cálculos do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) revelam que o Brasil é a nação em que a tributação menos retorna em serviços e investimentos para os agentes sociais, dentre as 30 nações com maior carga no mundo.

No caso da energia elétrica, foi editada a medida provisória (MP) n.º 579, que prevê decréscimo de -20,2% na tarifa média, a partir de fevereiro de 2013, conjugando -13,2% derivados da amortização e/ou depreciação dos ativos, ensejadas pela antecipação da renovação dos contratos de concessão, e -7,0% fruto da extinção dos encargos federais embutidos nos preços finais.

Mais precisamente, a decisão, regulamentada em seguida por decreto, definiu regras de renovação dos contratos de concessão (com prazo até 4 de dezembro de 2012) que vencem nos próximos três anos e redução dos encargos federais incidentes sobre a tarifa, visando ao barateamento do preço final a partir de fevereiro de 2013. Porém, na falta de encaixe em uma estratégia energética de longo prazo, a execução da tempestiva intervenção que exacerba as inseguranças jurídicas pode impor perdas apreciáveis às companhias de geração e distribuição e, em consequência, afugentar investidores. Sintomaticamente, as três maiores companhias estaduais de energia (Cesp, Copel e Cemig) rejeitaram a proposta oficial.

No mesmo sentido, diante do reconhecimento da exaustão do fogo competitivo das organizações atuantes no território brasileiro, motivada pelo excessivo fardo de impostos, em comparação com aquele vigente em economias detentoras de padrão de geração de renda semelhante, o executivo decidiu promover a desoneração da folha de salários, com a substituição da contribuição previdenciária pelo recolhimento sobre o faturamento para segmentos que geram pouco mais de 11,0% do PIB do País. Adicionalmente, houve a sinalização de modificações no arcabouço do ICMS e do PIS/Cofins.

As pressões corporativas também incitaram a intensificação do afrouxamento monetário, liderado pela diminuição da taxa básica de juros, que chegou a 7,25% ao ano, o menor nível da história, e pela ampliação da oferta e redução do preço do crédito, para giro, investimento e consumo, por parte das instituições financeiras estatais, seguidas, de maneira menos intensa, pelas agências privadas. Frise-se que a retração dos juros provocou declínio do custo de rolagem da dívida mobiliária governamental e apreciação do dólar no *front* doméstico em cerca de 25,0%, movimento favorecido pelo funcionamento recessivo da economia mundial.

Apesar do uso da válvula de escape da elevação de tarifas, é perceptível o declínio da rentabilidade dos bancos

Apesar da utilização da válvula de escape da elevação das tarifas bancárias, como forma de abrandar a queda dos juros finais, é perceptível o declínio da rentabilidade das entidades financeiras, aferida pela relação entre lucro e patrimônio. Segundo a consultoria Economatica, os índices, normalmente superiores a 30,0% a.a., despencaram, no primeiro semestre de 2012, para 17,8%, no Itaú, próximo dos 17,1% assinalados no 4.º trimestre de 1997, e para 18,4%, no Bradesco, também perto dos 16,2% do 4º trimestre de 1999. Em igual curso, o PIB das instituições financeiras e de seguros sofreu retração de -1,3% e -1,0% no terceiro trimestre de 2012 em relação, respectivamente, ao trimestre imediatamente antecedente e ao mesmo trimestre de 2011.

Enquanto isso, a inflação, mensurada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), regredia no sentido do centro da meta de 4,5% em doze meses, fixado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e monitorado pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), considerando uma faixa de tolerância de 2,0 pontos percentuais para mais e para menos.

A desgarrada, constatada a partir do mês de julho de 2012, para um patamar levemente superior a 5,5% a.a., está umbilicalmente atrelada ao choque de oferta exógeno, determinado pela subida das cotações dos grãos, explicada pela conjugação entre o prosseguimento da expansão da demanda chinesa e a quebra de safra ocorrida nos Estados Unidos, por conta da maior estiagem do último meio século.

Há ainda a interferência dos serviços na espiral de preços, consequência do acentuado dinamismo (ou aperto) do mercado de trabalho, marcado pela subida dos salários reais (4,0% em média em doze meses), em um panorama de insuficiência generalizada de mão de obra na esmagadora maioria dos setores, o que é atestado pela constatação das menores taxas de desemprego da história do País.

Isso pode ser explicado, em grande medida, pela maturação das alterações no padrão demográfico brasileiro nas últimas duas décadas. As modificações na pirâmide etária advêm da queda das taxas de natalidade ou, mais diretamente, da fecundidade – o número médio de filhos por mulher caiu de 2,6 nos anos 1990 para 1,8 nos anos 2000 – e do alargamento da expectativa de vida.

Isso tende a diminuir a intensidade de crescimento da população em idade escolar e ativa em relação ao total, bem como da entrada de jovens no mercado laboral, sem os necessários ajustes estruturais nas políticas públicas, sobretudo em formação de capital humano – especialmente com a ampliação de vagas em cursos técnicos –, previdência e saúde.

O que se observa é que, ao contrário do que se verifica nas nações maduras, o Brasil corre o risco de engendrar um processo de envelhecimento sem ter atingido a condição de economia avançada. Ao mesmo tempo, o paradigma de crescimento amparado em abundância e baixo custo de mão de obra estaria em franca deterioração, tendo que ceder lugar a um processo fortemente dependente de elevações expressivas e continuadas dos ganhos de produtividade, o que, por seu turno, exigirá saltos em educação e tecnologia.

No entanto, a adequada decisão de ativar ingredientes capazes de inverter a rota cadente do investimento que estaria comprometendo, irremediavelmente, o ingresso da nação em um circuito sustentado de expansão, ainda revela-se dissociada do manejo de curto termo da macroeconomia. Frise-se que a curva de desaceleração do investimento fica evidente mesmo com o forçado e equivocado enquadramento, nesta rubrica orçamentária, dos subsídios do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), bancados em sua maior parte com haveres do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da capitalização dos bancos públicos.

Dentre as distorções mais relevantes no campo estrutural, saltam aos olhos os problemas relacionados à deficiente feitura e gestão técnica e orçamentária dos projetos públicos. A diminuta qualidade, ou mesmo as irregularidades, dos projetos tem sido comprovada pelas não poucas reprovações ou interrupções de obras, determinadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Público e entidades ambientais.

Além disso, emerge o empecilho representado pela definição prévia e unilateral, pelo poder concedente do serviço público, da rentabilidade a ser auferida pelos parceiros privados, nas empreitadas infraestruturais. Essa restrição pode espantar potenciais candidatos, quando estes forem considerar os riscos específicos e cotejar os custos de oportunidade.

Na área das limitações conjunturais sobressai a aparente perseguição de obtenção de uma taxa de câmbio fixa, próxima de R\$ 2,05 por dólar, pelo Ministério da Fazenda, que, ao prejudicar o alinhamento dos preços relativos via mercado, pode comprometer o cálculo da rentabilidade futura dos empreendimentos que estariam na mesa das escolhas estratégicas da microeconomia.

A propósito disso, a defesa da prática de um câmbio administrado e de relaxamento das metas de superávit primário, por parte da Pasta da Fazenda, e suas recentes intromissões acerca da rota dos juros, podem não apenas constranger a independência operacional do BC, mas afetar a credibilidade na consistência da política econômica, em um curso de visível perda de ritmo de acréscimo das receitas de impostos, devido ao cenário de desaceleração ou lenta reativação dos patamares de atividade e aos efeitos das desonerações que devem gerar vazamento de renda superior a R\$ 15,0 bilhões para os cofres públicos em 2013.

Não estão incluídas neste cálculo as benesses direcionadas ao segmento da construção civil, especificamente a substituição do recolhimento de 20,0% do INSS pelo desconto de 2,0% do faturamento, a partir de março de 2013, e a redução da alíquota do regime especial de tributação de 6,0% para 4,0%, que devem gerar renúncia fiscal de R\$ 3,4 bilhões no ano.

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), os dispêndios de custeio e investimento do governo federal subiram 8,1% e 23,3%, respectivamente, entre janeiro e setembro de 2012. Os gastos correntes foram impulsionados pelas transferências de renda, grandemente influenciadas pelo reajuste de 14,1% no valor do salário mínimo, como os pagamentos dos benefícios do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), que cresceram 12,9%, e os desembolsos com os programas sociais, que acusaram incremento de 17,7%. Dentre estas últimas, destacam-se o Bolsa Família, os benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) e o seguro desemprego.

Porém, cerca de 55,0% das aplicações realizadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) correspondem às alocações no Programa MCMV, que, em essência, não constituem ampliação da capacidade produtiva da economia. Sem contar os repasses de recursos públicos subsidiados às instituições financeiras oficiais e aos governos estaduais envolvidos com o Proinveste.

Ao mesmo tempo, a viabilização do objetivo de eliminar ou abrandar o peso recessivo de vários segmentos da manufatura brasileira, por intermédio da providência de elevação das alíquotas do imposto de importação incidente sobre mais de 100 produtos, pode produzir desdobramento antagônico ao desejado, especialmente se esta vier a majorar os dispêndios dirigidos à modernização das linhas e processos fabris.

Outra restrição expressiva do cotidiano da gestão econômica reside no contínuo, e pouco criterioso, aporte de capital pelo Tesouro, a custos subsidiados, para os bancos oficiais, visando ao prosseguimento nos cortes de juros e tarifas, no afã de forçar as entidades privadas a procederem de modo idêntico. Essas atitudes podem abalar as finanças públicas e os resultados financeiros daquelas instituições. É prudente lembrar que, na década de 1990, diante das dificuldades de adaptação a um ambiente desprovido de hiperinflação, ou de desaparecimento do lucro inflacionário, o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF) foram objeto de operações de socorro pelo Tesouro Nacional.

No fundo, a permanência de apreciáveis anomalias observadas na condução das variáveis de estabilização, sobretudo a ausência de aderência plena entre câmbio, juros, contas públicas e flutuações do ciclo econômico, ao delinearem cenários, na melhor das hipóteses, confusos, vem ocasionado a exacerbação das expectativas desfavoráveis dos atores sociais quanto ao futuro de médio e longo prazo.

Por esse raciocínio, não pode ser negligenciada a recente posição tomada pela agência de *rating* Moody's de não diminuir o grau de risco dos papéis brasileiros no mercado internacional.

OS LIMITES DA ATUAL POLÍTICA ECONÔMICA

Francisco José Gouveia de Castro*

Julio Takeshi Suzuki Júnior**

Nos últimos meses, o esgotamento do atual *mix* de política econômica tem sido sublinhado por vários colunistas do jornalismo especializado. Além das claras sinalizações das Contas Nacionais nessa direção, reafirmadas na recente divulgação dos resultados do PIB brasileiro no 3.º trimestre de 2012, as avaliações dos mencionados analistas se amparam em observações de determinados setores, como a indústria, opondo-se às opiniões dos defensores do presente arranjo macroeconômico, que citam as reduzidas taxas de desocupação como comprovação dos corretos caminhos seguidos pela gestão federal, principalmente pelo Ministério da Fazenda e Banco Central.

Diante das posições distintas, é importante colocar que as próprias disparidades entre os indicadores econômicos não são positivas, uma vez que indicam desequilíbrios. Na realidade, as pífias variações reais do PIB nacional no biênio 2011-2012, com a possibilidade de uma taxa próxima de 1% no fechamento do atual exercício, concomitantes a um nível relativamente baixo do desemprego, hoje pouco acima de 5%, representam a vigência de uma combinação de preços da economia favorável ao consumo familiar e pouco propícia aos investimentos e à produção doméstica, condições que seriam inexplicáveis se não fosse a apropriação pelas importações de grande parcela do aumento da demanda interna, conferindo dinamismo apenas aos segmentos "*non tradables*", como os serviços, em sua maioria intensivos em mão de obra e de baixo quociente entre o valor adicionado e o pessoal ocupado.

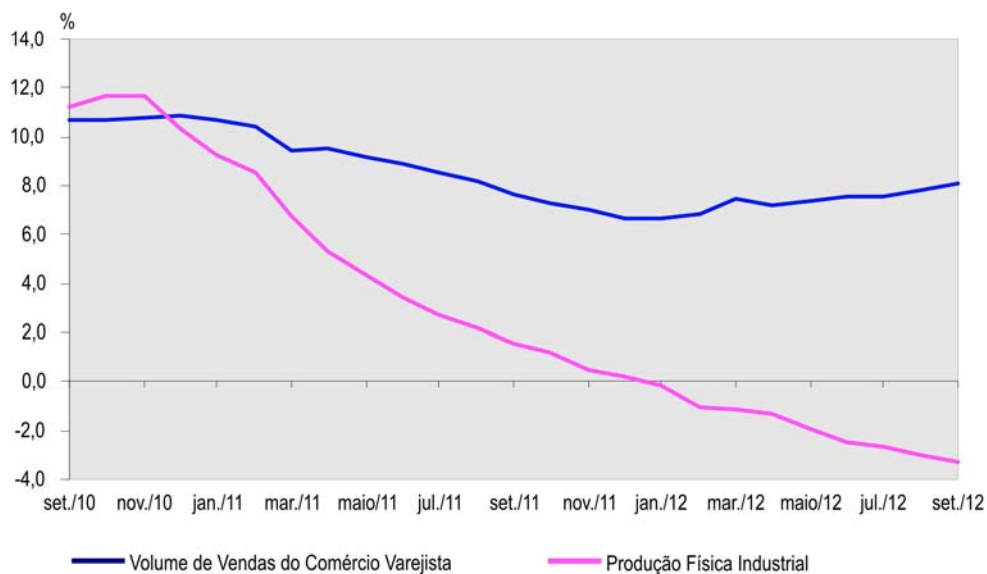
Portanto, não é por acaso que as pesquisas conjunturais apontam para comportamentos antagônicos do secundário e do terciário, sendo registrada, no caso específico do comércio varejista, variação de 8,1% do volume de vendas no acumulado de doze meses encerrado em setembro de 2012, diferindo sobremaneira do movimento da produção física da indústria de transformação brasileira, que contabilizou queda de -3,2% em idêntico intervalo (gráfico 1). À exceção de alguns resultados anotados em 2009, fortemente influenciados pela crise internacional, a diferença de 11,3 pontos percentuais entre os dois indicadores setoriais é a maior desde 2001, quando foi iniciada a série estatística, cabendo ressaltar que a indústria de transformação apresenta uma agregação econômica por trabalhador quase três vezes superior à do comércio varejista, de acordo com pesquisas estruturais do IBGE, o que denota perda qualitativa em termos de ocupações, a despeito dos ganhos quantitativos.

Como desequilíbrio crível derivado da política econômica, pode-se citar ainda a elevação da inflação, mesmo considerando a manutenção, no corrente exercício, do IPCA geral entre os limites da meta estabelecida pelo Comitê de Política Monetária (Copom). Examinando os números minuciosamente, verifica-se que os segmentos do referido índice caracterizados pela formação de preços exclusivamente em âmbito interno e pela forte influência dos custos de mão de obra, como os serviços pessoais e de saúde e educação, contabilizaram variações muito mais altas que a do resultado global nos dez primeiros meses de 2012, havendo compensação principalmente por parte do grupo transporte, cuja deflação reflete o controle dos preços dos combustíveis pela Petrobras, à custa da redução das inversões e do valor das ações da estatal. Em um cálculo simplista, uma elevação de apenas 3,5% dos preços referentes ao transporte no acumulado de janeiro a outubro deste ano seria suficiente para alçar o IPCA cheio a um patamar próximo de 5,3%, o que tornaria provável o rompimento do teto da meta de inflação no fechamento de 2012.

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

** Diretor de Pesquisa do IPARDES.

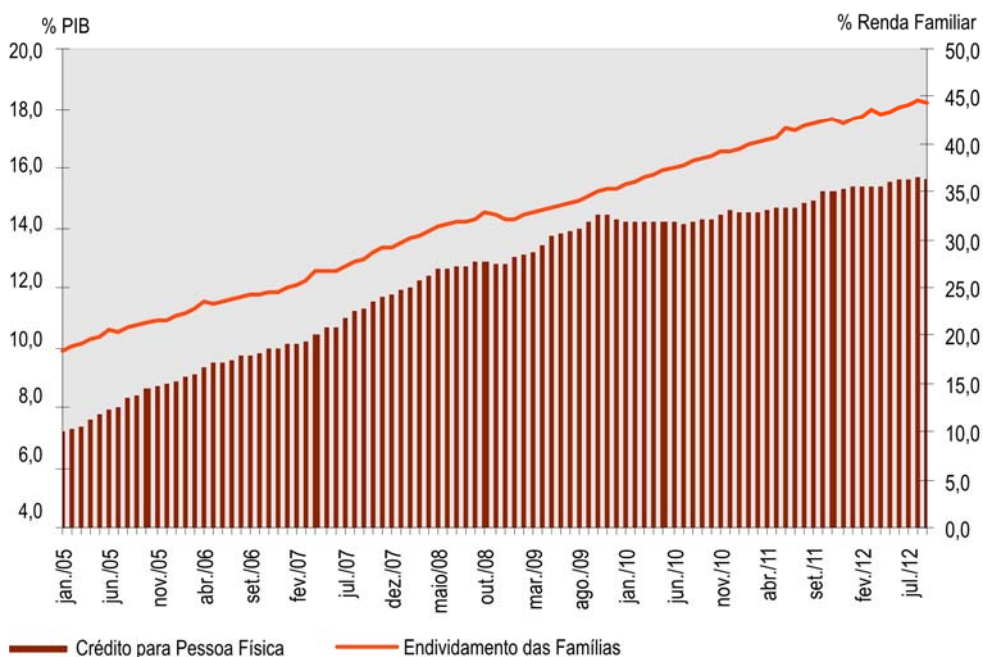
GRÁFICO 1 - VARIAÇÃO DO VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA E DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL NO ACUMULADO DE 12 MESES - BRASIL - SETEMBRO DE 2010 A SETEMBRO DE 2012



FONTE: IBGE

Ademais, a continuidade da atual composição macroeconômica, focada no consumo, poderá esbarrar no endividamento das famílias, que saltou de 18,4%, em janeiro de 2005, para 44,4%, em setembro de 2012 (gráfico 2), segundo o Banco Central, como proporção dos passivos em relação aos rendimentos acumulados em doze meses. Isso evidencia a assimetria entre o gradual aumento dos recebimentos familiares, sustentado sobretudo pelas remunerações do trabalho, e a forte ampliação da contratação de crédito, que subiu de 7,2% para 15,6% do PIB no período anteriormente citado, levando em conta somente os empréstimos do Sistema Financeiro Nacional (SFN) às pessoas físicas, o que pode resultar em crescimento pronunciado das dívidas em atraso. Conforme o índice Serasa Experian, a inadimplência dos consumidores brasileiros avançou 113% do início de 2005 até setembro deste ano, sobressaindo a ascensão das dívidas atrasadas que foram contratadas em financeiras e administradoras de cartões de crédito.

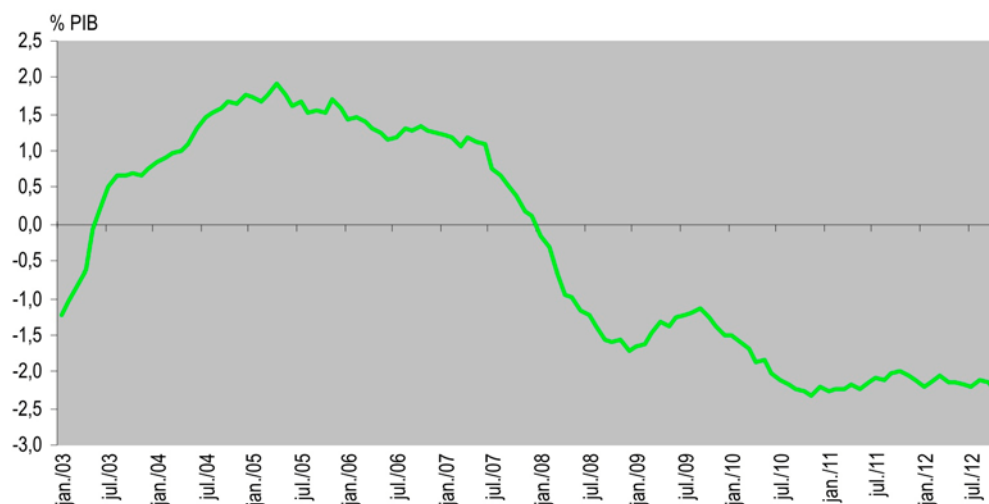
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DO CRÉDITO PARA PESSOAS FÍSICAS E DO ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS - BRASIL - JANEIRO DE 2005 A SETEMBRO DE 2012



FONTE: Banco Central

Finalmente, alterações nos níveis de juros, câmbio e gasto público podem ser motivadas por fatores externos, não obstante as condições menos instáveis proporcionadas pelas altas reservas internacionais. Hoje, as transações correntes do País apresentam déficit da ordem de 2,3% do PIB (gráfico 3), o segundo pior resultado desde outubro de 2002, em acumulado de doze meses, contrapondo-se aos superávits contabilizados de junho de 2003 a dezembro de 2007, o que não deixa dúvida quanto à piora do balanço de pagamentos.

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DO SALDO DAS TRANSAÇÕES CORRENTES - BRASIL - JANEIRO DE 2003 A OUTUBRO DE 2012



FONTE: Banco Central

Como se sabe, tal deterioração se deve sobretudo aos resultados comerciais, que, por sua vez, vêm refletindo preços de *commodities* já não tão elevados e trajetórias distintas das exportações e importações em termos de volumes comercializados. Segundo a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), o índice de *quantum* das vendas externas nacionais nos dez primeiros meses de 2012 atingiu patamar similar ao do ano de 2008, ao passo que, nas importações, pode ser observado aumento de 21,4%, com discrepância muito maior no ramo de manufaturados.

Em outras palavras, a tentativa de preservação da presente política pode implicar mudança, imposta pelo mercado, na direção de uma menor dependência em relação à poupança externa, com a redução forçada do excesso de consumo sobre a capacidade produtiva da economia, o que redundaria em depreciações cambiais descontroladas e acelerações inflacionárias, derivadas da ascensão dos preços dos *tradables*, obrigando o Executivo Federal a lançar rapidamente medidas monetárias restritivas. No caso de um desejável redirecionamento administrado, a gradativa desvalorização da moeda nacional, justificada pela necessidade de promoção das atividades econômicas de elevado conteúdo tecnológico, seria acompanhada de maior controle dos gastos públicos, notadamente os de caráter corrente, de modo a reduzir as pressões sobre os preços pela via da contenção da demanda agregada, compartilhando o ônus do ajuste com a política monetária.

As dificuldades dessa estratégia residem no fato de que as medidas favoráveis à poupança doméstica e, conseqüentemente, menos inclinadas ao consumo representam, em um primeiro momento, diminuição do poder de compra da população, apesar do incentivo, em estágios seguintes, às atividades de maior adição de valor e às ocupações de melhor qualidade, com a perspectiva de crescimento prolongado. Diante do calendário eleitoral e do imediatismo político que geralmente norteia as decisões econômicas, essa correção planejada pode não se efetivar, tornando concreto o risco de um ajustamento compelido pelas forças de mercado, com todas as suas turbulências.

A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PARANAENSE EM 2012

Francisco José Gouveia de Castro*

Os indicadores econômicos do Paraná, levantados predominantemente para o intervalo de tempo compreendido entre janeiro e outubro de 2012, confirmam o caráter essencialmente dinâmico da estrutura produtiva paranaense, ainda discrepante da desaceleração observada em âmbito nacional, decorrente dos desdobramentos do agravamento da instabilidade financeira internacional, com o franco recrudescimento de um movimento recessivo em função da necessidade de profundos ajustes nas finanças governamentais da Europa, além das implicações negativas da política macroeconômica brasileira recente.

Ainda que a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponte redução de ritmo de crescimento das atividades fabris no Paraná e no País, mais precisamente retração de 1,28% e 2,85%, respectivamente, no acumulado de janeiro a outubro de 2012, confrontado com igual período de 2011, no caso do Estado há que considerar o efeito base de comparação, expresso na acentuada velocidade de expansão apresentada em 2011.

Tome-se como exemplos os segmentos que determinaram o recuo do setor manufatureiro paranaense em 2012, como os setores químico; automotivo; máquinas, aparelhos e materiais elétricos; e minerais não metálicos, que obtiveram apreciável crescimento em 2011 e são bastante representativos na renda industrial do Estado (tabela 1).

TABELA 1 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS - PARANÁ - JANEIRO A OUTUBRO DE 2012

ATIVIDADE	VARIAÇÃO (%)
Indústria geral	-1,28
Indústria de transformação	-1,28
Alimentos	1,71
Bebidas	2,1
Madeira	16,03
Celulose, papel e produtos de papel	0,23
Edição, impressão e reprodução de gravação	2,86
Refino de petróleo e álcool	3,88
Outros produtos químicos	-11,93
Borracha e plástico	0,93
Minerais não metálicos	-3,29
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	1,06
Máquinas e equipamentos	0,43
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-3,33
Veículos automotores	-10,35
Mobiliário	6,55

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

Em contrapartida, as estatísticas do mercado de trabalho na indústria do Paraná têm se revelado bastante favoráveis e refletem a expectativa positiva dos agentes privados estabelecidos no Estado, mesmo diante do contágio da instabilidade mundial e da reduzida intensidade de resposta do setor produtivo às medidas de estímulo ao consumo e ao investimento, plantadas pelo governo federal.

Segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES), também do IBGE, o setor secundário estadual permanece, desde abril de 2011, liderando o ranking das unidades da federação em crescimento do pessoal ocupado assalariado, apresentando variação de 2,49%, contra redução de -1,40%, no Brasil, entre janeiro e outubro de 2012, em relação ao mesmo intervalo de 2011.

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

O diferencial do Paraná na geração de emprego industrial pode ser atribuído à combinação entre demanda ascendente por produtos alimentícios, maior participação das *commodities* na pauta de exportação e a vitalidade da construção civil, do comércio varejista e de outras atividades estabelecidas no interior do Estado. A performance favorável foi puxada por máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos e de comunicação (28,19%), têxtil (11,83%), minerais não metálicos (7,98%), alimentos e bebidas (7,89%), produtos químicos (6,64%), metalurgia básica (6,00%) e petróleo e álcool (5,37%), no período apurado (tabela 2).

TABELA 2 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO, SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA - PARANÁ - JANEIRO A OUTUBRO DE 2012

ATIVIDADE ECONÔMICA	VARIAÇÃO (%) ⁽¹⁾
Indústria geral	2,49
Indústria extrativa	-2,35
Indústria de transformação	2,52
Alimentos e bebidas	7,89
Fumo	2,23
Têxtil	11,83
Vestuário	-16,83
Calçados e couro	-8,19
Madeira	-3,02
Papel e gráfica	-3,28
Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool	5,37
Produtos químicos	6,64
Borracha e plástico	-1,83
Minerais não metálicos	7,98
Metalurgia básica	6
Produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos	-0,68
Máquinas e equipamentos, exclusive elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações	-2,2
Máquinas e aparelhos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações	28,19
Fabricação de meios de transporte	4,08
Fabricação de outros produtos da indústria de transformação	-0,63

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

(1) Em comparação a janeiro-setembro de 2011.

Cabe destacar os efeitos da estiagem severa que atingiu o Estado entre dezembro de 2011 e fevereiro de 2012, que, de acordo com a pesquisa mensal de previsão e acompanhamento de safras realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), levou à redução de 2,3% da produção paranaense de grãos, com colheita de 31 milhões de toneladas, tendo impactado, sobretudo, nas lavouras de soja, que apresentou declínio de 29,2% na produção, feijão (-16,9%), café (-14,4%), trigo (-13,2%) e arroz (-11,8%). Já o milho registrou crescimento na quantidade produzida de 34,4%, saltando de 12,4 para 16,7 milhões de toneladas.

Cumprir assinalar que os efeitos financeiros da estiagem, que afetou a safra de soja no primeiro semestre, foram em grande medida amenizados por conta da favorável conjuntura das *commodities* agrícolas no mercado internacional, o que tem mantido a cotação dos bens primários em patamares elevados (tabela 3).

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE GRÃOS - PARANÁ - SAFRAS 2011 E 2012

PRODUTO	PRODUÇÃO (t)		VAR. (%)
	Safra 2011	Safra 2012	
Milho	12.441.626	16.722.901	34,4
Soja	15.457.911	10.939.387	-29,2
Trigo	2.427.721	2.107.248	-13,2
Feijão	815.178	677.650	-16,9
Cevada	194.441	173.550	-10,7
Arroz	188.357	166.039	-11,8
Aveia	116.451	152.831	31,2
Café arábica	110.728	94.819	-14,4
Centeio	1.129	1.771	56,9
TOTAL	31.753.542	31.036.196	-2,3

FONTE: CONAB

Tanto é assim que os resultados da balança comercial paranaense, divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), demonstram o substancial peso das *commodities* agrícolas na pauta de exportações. Os grãos e as carnes representaram 42,1% e 10,6%, respectivamente, do valor total, o que indica forte predominância dos produtos agropecuários nas vendas externas do Estado, entre janeiro e outubro de 2012. O destaque, porém, são os resultados apresentados na comercialização do milho, que registrou crescimento de 70,7% no valor exportado e de 91,8% no *quantum*, no período (tabela 4).

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES, SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - JANEIRO A OUTUBRO DE 2011-2012

PRODUTO	JANEIRO A OUTUBRO DE 2011		JANEIRO A OUTUBRO DE 2012		VAR. (%)
	Export. (US\$)	Part. (%)	Export. (US\$)	Part. (%)	
Soja em grão	3.043.187.239	20,9	3.280.765.583	21,6	7,8
Carne de frango <i>in natura</i>	1.456.313.531	10,0	1.494.707.408	9,9	2,6
Farelo de soja	1.210.359.530	8,3	1.223.806.027	8,1	1,1
Cereais	523.254.496	3,6	893.069.372	5,9	70,7
Automóveis	692.180.017	4,7	703.149.475	4,6	1,6
Óleo de soja bruto	506.003.905	3,5	509.324.144	3,4	0,7
Papel	383.214.690	2,6	387.281.942	2,6	1,1
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	317.859.175	2,2	278.942.028	1,8	-12,2
Café solúvel	228.972.132	1,6	274.395.801	1,8	19,8
Óleos e combustíveis	178.148.796	1,2	268.722.078	1,8	50,8
Autopeças	242.786.430	1,7	266.545.110	1,8	9,8
Veículos de carga	194.727.446	1,3	259.223.057	1,7	33,1
Madeira compensada ou contraplacada	216.103.868	1,5	239.486.255	1,6	10,8
Tratores	212.826.549	1,5	200.289.460	1,3	-5,9
Couro	194.347.743	1,3	187.310.970	1,2	-3,6
Demais madeiras e manufaturas de madeira	151.136.375	1,0	178.071.335	1,2	17,8
Adubos e fertilizantes	174.191.998	1,2	177.617.510	1,2	2,0
Compressores e bombas	170.260.431	1,2	173.712.808	1,1	2,0
Motores para veículos	131.617.301	0,9	127.440.592	0,8	-3,2
Alcool etílico, não desnatado	140.215.100	1,0	115.317.711	0,8	-17,8
Partes de motores para veículos	162.042.234	1,1	108.435.994	0,7	-33,1
Demais produtos	4.052.821.865	27,8	3.807.798.964	25,1	-14,9
TOTAL	14.582.570.851	100,0	15.155.413.624	100,0	3,9

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Passando a descrição ao setor terciário, observa-se expansão de 9,52% nas vendas no comércio varejista no Estado, contra 7,8% no Brasil, no acumulado de janeiro a setembro de 2012, em relação a igual período de 2011, em decorrência do aumento das vendas de artigos farmacêuticos (23,2%), produtos de uso pessoal doméstico (21,29%), hipermercados (11,9%) e móveis e eletrodomésticos (11,2%). Este desempenho positivo pode ser atribuído às condições favoráveis do mercado de trabalho, especialmente a expansão do emprego e os ganhos reais de salário, que configuram ampliação da demanda interna (tabela 5).

TABELA 5 - VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA, SEGUNDO ATIVIDADE - PARANÁ - JANEIRO A SETEMBRO DE 2012

ATIVIDADE	VARIAÇÃO (%)
Combustíveis e lubrificantes	7,5
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	11,6
Hipermercados e supermercados	11,9
Tecidos, vestuário e calçados	6,4
Móveis e eletrodomésticos	11,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	23,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	-6,2
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-11,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	21,3
Veículos, motocicletas, partes e peças	8,3
Material de construção	4,9

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

Nesse sentido, é possível constatar forte geração de ocupações formais no período de janeiro a outubro, com admissões suplantando os desligamentos em 125.819 vagas, abaixo apenas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o setor de serviços assinalou a maior participação na criação de postos de trabalho no Paraná, com 39,3% (tabela 6).

TABELA 6 - SALDO DO EMPREGO FORMAL - PARANÁ - JANEIRO A OUTUBRO DE 2012

ATIVIDADE	SALDO
Indústria	31.560
Construção Civil	12.982
Comércio	24.778
Serviços e administração pública	49.487
Agropecuária	7.012
TOTAL	125.819

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Ademais, no emprego incremental do ramo industrial há apreciável influência dos empreendimentos estabelecidos no interior do Estado, dedicados principalmente às atividades sucroalcooleiras, têxtil e confecções, abate de animais e fabricação de produtos de carne, moveleiro, medicamentos, fabricação de máquinas e aparelhos elétricos e eletrônicos, artefatos de concreto e cimento, estruturas metálicas e eletrodomésticos, as quais, no agregado, foram responsáveis pela geração de 70,2% das vagas no Estado.

Em síntese, apesar da tendência de convergência ao panorama de desaceleração dos níveis de atividade verificados no País, refletindo a interferência de variáveis exógenas e não passíveis de controle por parte dos agentes locais, a economia do Paraná delineia uma trajetória estrutural animadora, que deve ser intensificada com a maturação dos investimentos de mais de R\$ 20 bilhões, anunciados pela iniciativa privada no Estado e protocolados no Programa Paraná Competitivo, desde o início de 2011.

Isso é fruto de uma política industrial regional que, ao lado da restauração de um clima de confiança para a realização de negócios no Estado, busca induzir a interiorização do crescimento econômico, com a provável geração de mais de 115 mil empregos diretos, indiretos e pelo efeito renda.

O COMÉRCIO ENTRE PARANÁ E RÚSSIA

Guilherme Amorim*

A Federação Russa tornou-se membro pleno da Organização Mundial do Comércio (OMC) em agosto, após dezenove anos de negociações. O momento se mostra, portanto, propício para a descrição do recente perfil de comércio entre o Paraná e esse país.

A Rússia respondeu, em 2011, por 2,9% das exportações mundiais, com o rol de produtos concentrado (71,8%) em petróleo e seus derivados, gás natural e minérios. O aumento da cotação dessas *commodities* no ano passado explica a disparidade entre o crescimento de 30% sobre o valor exportado em 2010 e a elevação de apenas 2% no seu volume. O país foi responsável, no mesmo período, por 1,8% das importações mundiais. Suas compras externas de bens registraram significativas expansões sobre valor e quantidade de 2010, respectivamente de 30% e 20%. Embora os produtos agropecuários tenham representado apenas 14,3% do valor dessa pauta, a Federação Russa é o quinto maior importador de alimentos do mundo.

Essas características estão refletidas na presente composição do comércio entre Rússia e Paraná. O país é o maior fornecedor internacional de adubos e fertilizantes do Estado e esses produtos dominam a lista de importados (tabela 1). Essa categoria respondeu, nos dez primeiros meses de 2012, por 93,24% das compras. Uma vez que os segmentos de produtos químicos orgânicos (1,30%), inorgânicos (0,18%) e demais produtos químicos (0,12%) estão associados à fabricação local de fertilizantes, percebe-se que a agricultura do Estado é responsável por cerca de 95% da importação de bens russos.

TABELA 1 - COMPOSIÇÃO DE IMPORTAÇÕES DA FEDERAÇÃO RUSSA, SEGUNDO SUBGRUPOS DE PRODUTOS - PARANÁ - 2010-2012

SUBGRUPOS DE PRODUTOS	PARTICIPAÇÃO (%)		
	2010	2011	Jan.- Out. 2012
Adubos e fertilizantes	81,19	94,02	93,24
Produtos químicos orgânicos	1,09	0,81	1,30
Celulose	0,27	0,43	0,45
Produtos laminados planos de ferro ou aço	9,60	0,39	0,32
Papel	0,08	0,00	0,25
Produtos químicos inorgânicos	0,13	0,13	0,18
Demais produtos químicos	0,02	0,07	0,12
Demais produtos metalúrgicos	0,15	0,13	0,08
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0,00	0,05	0,02
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	0,06	0,00	0,02
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	0,00	0,00	0,01
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	0,00	0,01	0,00
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	0,00	0,01	0,00
Vidro e suas obras	0,00	0,01	0,00
Demais materiais elétricos e eletrônicos	0,03	0,00	0,00
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	1,30	0,00	0,00
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	0,00	0,02	0,00
Outros subgrupos de produtos	6,07	3,93	4,00
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Entre 2010 e 2011, o valor da aquisição de adubos e fertilizantes russos cresceu 118,13%. No ano passado, 17,71% da importação desses produtos era oriunda da Rússia. Complementarmente, 14,28% foi originária de Belarus, país que hospeda empresas russas do setor e compõe, com o Cazaquistão, uma união aduaneira com a Federação Russa.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

As exportações paranaenses para a Rússia são mais diversificadas, embora os produtos de baixo valor agregado também dominem a pauta. No ano corrente, o complexo carnes responde por metade do que foi exportado (tabela 2). A venda de açúcar bruto destaca-se nesse conjunto de bens. Esse subgrupo liderou a pauta de exportação em 2010 e 2011, mas no ano corrente nenhum embarque do produto paranaense foi registrado. O açúcar russo é produzido, majoritariamente, através do processamento de beterraba. Safras recentes foram frustradas pela falta de chuvas e, assim, o açúcar bruto representou 43,71% das vendas do Estado em 2011.

TABELA 2 - COMPOSIÇÃO DE EXPORTAÇÕES PARA A FEDERAÇÃO RUSSA, SEGUNDO SUBGRUPOS DE PRODUTOS - PARANÁ - 2010-2012

SUBGRUPOS DE PRODUTOS	PARTICIPAÇÃO (%)		
	2010	2011	Jan.- Out. 2012
Carne bovina <i>in natura</i>	24,65	24,04	34,46
Carne suína <i>in natura</i>	15,53	9,27	11,55
Fumo em folhas	2,87	4,52	7,01
Carne de frango <i>in natura</i>	5,80	2,83	4,13
Café solúvel	1,66	1,77	2,76
Soja em grão	3,80	3,39	2,69
Café cru em grão	1,48	2,61	2,41
Motores para veículos	0,00	0,00	1,86
Tratores	0,00	0,00	1,74
Carne de peru <i>in natura</i>	0,53	0,61	0,86
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	0,28	1,12	0,73
Calçados	0,57	0,60	0,61
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0,09	0,38	0,39
Produtos químicos inorgânicos	0,02	0,00	0,29
Obras de pedras e semelhantes	0,24	0,24	0,26
Compressores e bombas	0,09	0,13	0,21
Produtos químicos orgânicos	0,17	0,21	0,20
Outras operações especiais	0,13	0,09	0,15
Geradores e transformadores, elétricos	0,04	0,08	0,14
Demais produtos químicos	0,09	0,10	0,13
Couro	0,06	0,09	0,12
Rolamentos e engrenagens	0,02	0,18	0,11
Cereais	0,00	0,04	0,10
Ferramentas	0,11	0,06	0,10
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	0,06	0,06	0,09
Frutas	0,21	0,10	0,09
Açúcar bruto	37,98	43,71	0,00
Outros subgrupos de produtos	3,52	3,73	26,82
TOTAL	100,00	100,00	100,00

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

A súbita queda na venda dessa *commodity* também está associada à intenção russa de tornar-se menos dependente do mercado externo na produção de alimentos. Essa diretriz manifesta-se através de subsídios, programas de desenvolvimento técnico, pesquisas genéticas e de barreiras comerciais. No caso do açúcar, diante da recuperação da produção local, a tarifa de importação – mantida em US\$ 50 durante a estiagem – retornou a US\$ 140 por tonelada.

O setor mais prejudicado pelo protecionismo russo foi o de produção de carnes. O fluxo comercial, rigidamente regulado, alterna momentos de grande crescimento e drástica retração, normalmente influenciado pelas condições de preço naquele mercado. Desde a última década do século passado, a exportação paranaense de carnes tem enfrentado taxas *ad valorem*, tarifas de importação elevadas inesperadamente e canhestras barreiras sanitárias.

Em novembro deste ano, após meses de negociações, o serviço sanitário russo manifestou a intenção de credenciar frigoríficos brasileiros que provejam garantias de que não utilizam determinados indutores e hormônios de crescimento. Esses poderiam exportar para a Rússia sem imposição de quotas. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ora assiste os 40 estabelecimentos brasileiros que, *a priori*, estariam qualificados no cumprimento das exigências técnicas e burocráticas.

Desde a recessão de 2009, quando seu Produto Interno Bruto retrocedeu quase 8%, há nítida intenção do governo russo de diversificar sua economia, tornando-a menos dependente da exploração de recursos naturais. Esse plano depende da capacidade de modernizar sua indústria, amparada no consumo interno. Nesse sentido, sua mudança de *status* dentro da OMC permite que o setor secundário do país integre-se às cadeias de fornecimento internacionais e inspire mais confiança de investidores externos. Os ramos aeroespacial e de veículos de transporte e de carga são particularmente promissores, para além do tradicional segmento de material bélico.

Por outro lado, as escaramuças tarifárias e burocráticas que o país tem usado nas duas últimas décadas, se perpetuadas, ganharão outra dimensão. Exemplo é a proposta de pagamento de taxa de reciclagem por automóveis fabricados fora da Rússia que, desde junho, tem tomado forma. Esse modelo de barreira comercial viola as regras da OMC e geraria constrangimentos e eventuais sanções. A morosidade dessa entidade em aplicar punições, entretanto, tende a estimular o protecionismo.

A adoção de mecanismos de promoção e controle aperfeiçoados pela OMC tende a tornar mais estáveis as relações comerciais. As exportações paranaenses de café e fumo para o mercado russo têm registrado discreta, mas promissora, expansão. O deslocamento dessa pauta para produtos de maior valor agregado tornar-se-á mais viável à medida que a revitalização – brasileira e russa – da indústria de transformação demonstre consistência. A ocorrência de exportação de motores para veículos e de tratores paranaenses para a Federação Russa, em 2012, demonstra que esse movimento é possível.

AGROINDÚSTRIA

Frimesa investirá no setor de carnes em 2013

A Cooperativa Frimesa investirá R\$ 108 milhões na expansão de seu setor de carnes, localizado em complexo no município de Medianeira (Região Oeste Paranaense). Em 2012, a Frimesa alocou aproximadamente R\$ 25 milhões no incremento de suas linhas de produção de carnes e de leite.

Fundada em 1977, a cooperativa possui plantas voltadas à produção de lácteos em Marechal Cândido Rondon, Capanema (municípios da Região Oeste), Matelândia (Região Sudoeste) e Aurora (Estado de Santa Catarina).

GUIMARÃES FILHO, Carlos. Cooperativas do Paraná crescem 10% e faturam R\$ 35 bilhões. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 27 nov. 2012. Agronegócio, p. 1.

Castrolanda inaugurará frigorífico

A Cooperativa Castrolanda, de Castro (Região Centro-Oriental Paranaense), inaugurará nessa cidade, em 2013, um frigorífico voltado ao processamento de carne suína. A cooperativa também planeja construir unidade de beneficiamento de leite no próximo ano, em parceria com a Cooperativa Batavo (de Carambeí, na mesma região do Estado).

Estima-se que cada um desses investimentos demandará R\$ 80 milhões. A Castrolanda tem expectativa de alcançar faturamento de R\$ 1,4 bilhão em 2012, 8% maior que o registrado no ano passado.

GUIMARÃES FILHO, Carlos. Cooperativas do Paraná crescem 10% e faturam R\$ 35 bilhões. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 27 nov. 2012. Agronegócio, p. 1.

INDÚSTRIA

Limagrain e Guerra inauguram fábrica em Guarapuava

A associação entre a cooperativa francesa Limagrain e a empresa paranaense Guerra, produtora de sementes e de resina de milho, inaugurou fábrica no município de Guarapuava (Região Centro-Sul Paranaense). Estima-se que a parceria tenha aportado R\$ 40 milhões nessa unidade, que produzirá biscoitos, pães e bolos.

A companhia paranaense será responsável pelo fornecimento de farinha de trigo para a produção. A linha de alimentos será comercializada através da marca Jacquet, padaria parisiense fundada em 1880 e adquirida pela Limagrain em 1995.

LIMA, Marli. Guerra vai produzir pão francês no Paraná. *Valor Econômico*, São Paulo, 01 nov. 2012. Empresas, p. B15.

RIOS, Cristina. Segunda marca de pães da França quer liderar no Brasil. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 10 nov. 2012. p. 19.

Iguaçu Papel e Celulose investirá R\$ 457 milhões

A Iguaçu Papel e Celulose alocará R\$ 457 milhões na expansão de seu complexo industrial localizado no município de Piraí do Sul, na Região Centro-Oriental Paranaense. A empresa planeja, também, implantar novas linhas de produção. No final de outubro, a Iguaçu Papel e Celulose assinou protocolo de adesão ao Paraná Competitivo, programa de incentivos ao investimento do governo estadual.

IGUAÇU Papel vai ampliar unidade em Piraí do Sul. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 04 nov. 2012. Economia, p. 5.

* Elaborado com informações disponíveis de 1.º/11/2012 a 07/12/2012.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Caetano Branco vendida para Briggs & Stratton

Fabricante de motores, bombas e geradores, a Companhia Caetano Branco está sendo vendida para a Briggs & Stratton, empresa de capital estadunidense. O processo de transferência deve ser concluído no primeiro bimestre do próximo ano. A unidade industrial localizada em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, produz equipamentos náuticos, agrícolas, voltados à construção civil e à jardinagem. Fundada há 76 anos, a Caetano Branco registrou faturamento de R\$ 90 milhões no ano passado.

JASPER, Fernando. Branco será vendida para empresa dos EUA. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 07 nov. 2012. p. 22.

Inepar retomará atividades em Curitiba

A partir de outubro de 2013, a Inepar voltará a utilizar sua planta na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). O complexo funcionou entre 1977 e 2003, quando a empresa transferiu suas atividades para Araraquara (SP). A Inepar investirá R\$ 50 milhões na remodelação das instalações. A companhia fabricará painéis compostos de epóxi, fibra de vidro e poliuretano, voltados à construção civil. A técnica foi criada pela empresa estadunidense Innovida, adquirida pela Inepar em 2011.

A Inepar possui fábricas em Santa Catarina e Rio de Janeiro, mas a unidade de Araraquara concentra a maior parte da produção. A empresa especializou-se na produção de equipamentos de grande porte para geração de energia elétrica, mineração, transporte ferroviário e portuário, petroquímica, e processamento de papel e celulose.

JASPER, Fernando. Dez anos depois, a Inepar volta. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 26 nov. 2012. p. 20.

Terceira planta paranaense da Ambev demandará R\$ 580 milhões

A indústria de bebidas Ambev investirá cerca de R\$ 580 milhões na construção de sua terceira fábrica no Estado. A expectativa é de que a planta, onde serão fabricados refrigerantes e cervejas, entre em funcionamento em 2014. A empresa estima que, inicialmente, a capacidade de produção alcance sete milhões de hectolitros por ano. O aporte está inserido no plano Paraná Competitivo, programa de incentivos a investimentos do governo estadual.

A companhia manifestou interesse em erigir a unidade industrial em Ponta Grossa (Região Centro-Oriental). Suas duas outras plantas no Paraná continuarão em funcionamento, ao menos até 2016. A fábrica de Almirante Tamandaré (Região Metropolitana de Curitiba) produz refrigerantes, enquanto a localizada na capital produz cervejas.

LIMA, Marli. Ambev assina acordo com Paraná. *Valor Econômico*, São Paulo, 05 dez. 2012. Empresas, p. B4.

MILLÉO, Amanda. Benefício no ICMS atraiu a Ambev. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 05 dez. 2012. p. 25.

SERVIÇOS

ALL investirá R\$ 660 milhões em 2013

Sediada em Curitiba, a América Latina Logística (ALL) planeja investir, ao longo de 2013, cerca de R\$ 660 milhões nas ferrovias que administra. A companhia realizou extraordinária alocação de recursos em 2012, aproximadamente R\$ 800 milhões, impulsionada por construção de terminal de Rondonópolis (MT).

Há dois anos, a ALL criou uma empresa voltada ao transporte de contêineres, a Brado Logística. A ALL espera anunciar brevemente a entrada de um acionista estratégico na nova companhia, capaz de arcar com os investimentos planejados para sua expansão – estimados em R\$ 1 bilhão nos próximos cinco anos.

ALL deve investir R\$ 660 mi em 2013, diz diretor. *Valor Econômico*, São Paulo, 22 nov. 2012. Empresas, p. B9.

LIMA, Marli. ALL espera concluir entrada de sócio na Brado até fim do ano. *Valor Econômico*, São Paulo, 14 nov. 2012. Empresas, p. B6.

Grupo argentino se instalará em Curitiba

Empresa de capital argentino, do setor de tecnologia da informação, a Assa investirá US\$ 15 milhões na implantação de sua filial em Curitiba. Os recursos serão aplicados ao longo de cinco anos. Fundada há vinte anos, a companhia cria software corporativo. A Assa estima que seu faturamento anual alcance US\$ 90 milhões em 2012, crescimento de 11% em relação ao ano passado. O mercado brasileiro é responsável por cerca de 47% dessa cifra.

JASPER, Fernando. Grupo argentino investe US\$ 15 mi em Curitiba. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 22 nov. 2012. p. 20.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2012

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716
2010	99	203	2 051	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184
2011	1 132	3 193	2 836	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461
2012 ⁽¹⁾	1 233	1 906	1 546	35 114	178 007	5 069	29 182	746 480	25 580

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010	82 831	138 963	1 678	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734
2011	74 854	110 728	1 479	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812
2012 ⁽¹⁾	67 177	94 392	1 405	651 991	49 660 123	76 167	51 064	160 887	3 151

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2012

conclusão

ANO	FEIJÃO			FUMO			MANDIOCA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	25 104	43 582	1 736	44 640	887 810	19 888
1981	852 835	570 860	669	16 663	29 273	1 757	58 700	1 100 380	18 746
1982	879 990	666 800	758	17 510	30 000	1 713	62 500	1 218 750	19 500
1983	699 685	347 035	496	19 130	29 250	1 529	69 870	1 452 870	20 794
1984	741 001	479 108	647	19 474	34 844	1 789	73 688	1 446 258	19 627
1985	723 764	499 617	690	19 150	35 980	1 879	85 800	1 722 864	20 080
1986	627 604	215 701	344	18 300	27 914	1 525	85 800	1 700 000	19 814
1987	754 210	391 355	519	23 150	40 800	1 762	85 445	1 853 950	21 698
1988	741 920	457 692	617	22 520	44 482	1 975	85 242	1 855 328	21 765
1989	528 741	223 031	422	22 827	41 972	1 839	77 349	1 622 846	20 981
1990	550 591	279 028	507	22 502	40 315	1 792	101 854	2 184 599	21 448
1991	624 036	348 332	558	22 865	41 494	1 815	102 265	2 261 788	22 117
1992	595 894	461 162	774	31 085	61 000	1 962	100 000	2 100 000	21 000
1993	545 800	444 000	813	35 364	67 141	1 899	137 000	3 014 000	22 000
1994	589 479	526 209	893	32 768	63 027	1 923	157 625	3 419 935	21 700
1995	487 309	422 451	867	32 588	52 638	1 615	144 000	3 168 000	22 000
1996	596 125	490 854	823	34 446	59 529	1 728	115 232	2 500 000	21 695
1997	557 123	475 458	853	41 163	74 493	1 810	144 500	2 600 000	17 993
1998	564 537	494 556	876	38 624	57 273	1 483	149 934	3 241 800	21 622
1999	680 317	570 097	838	36 116	68 076	1 885	164 258	3 446 805	20 984
2000	541 082	500 948	926	33 910	64 548	1 904	182 850	3 779 827	20 672
2001	428 343	470 214	1 098	34 736	68 594	1 975	172 815	3 614 859	20 918
2002	526 457	629 059	1 195	41 890	82 303	1 965	142 892	3 463 968	24 242
2003	544 906	718 084	1 318	53 292	100 768	1 891	108 097	2 476 346	22 909
2004	503 585	664 333	1 319	67 128	134 100	1 998	150 217	2 956 771	19 683
2005	435 201	554 670	1 275	78 890	153 126	1 941	166 885	3 346 333	20 052
2006	589 741	819 094	1 389	83 602	155 533	1 860	169 705	3 789 166	22 328
2007	545 239	769 399	1 411	79 173	158 700	2 004	173 235	3 762 445	21 719
2008	508 273	776 971	1 529	73 428	148 037	2 016	149 350	3 449 726	23 098
2009	643 288	787 180	1 224	75 774	151 063	1 994	175 709	4 200 910	23 908
2010	520 798	792 010	1 521	79 266	161 137	2 033	172 214	4 012 948	23 312
2011	521 196	815 280	1 564	80 211	171 837	2 142	184 263	4 179 245	22 688
2012 ⁽¹⁾	478 532	700 200	1 463	70 376	156 834	2 252	179 628	4 126 805	22 974

ANO	MILHO			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	2 156 508	5 466 967	2 535	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	2 161 999	5 363 109	2 481	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	2 276 700	5 430 000	2 385	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	2 361 800	5 018 870	2 125	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	2 447 000	5 400 000	2 207	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	2 332 840	5 803 713	2 488	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	2 300 000	4 300 000	1 870	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	2 846 000	7 641 800	2 685	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	2 269 862	5 558 805	2 449	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	2 137 234	5 296 080	2 478	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	2 079 784	5 160 823	2 481	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	2 358 797	4 827 112	2 046	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	2 610 000	7 370 000	2 824	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	2 703 000	8 158 000	3 018	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	2 512 859	8 162 472	3 248	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 727 800	8 960 400	3 285	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 463 000	7 911 000	3 212	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	2 503 003	7 752 217	3 097	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	2 229 524	7 935 376	3 559	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	2 520 818	8 777 465	3 482	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	2 233 858	7 367 262	3 298	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	2 820 597	12 689 549	4 499	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	2 461 816	9 857 504	4 004	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	2 843 704	14 403 495	5 065	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	2 464 652	10 953 869	4 444	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	2 003 080	8 545 711	4 266	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	2 507 903	11 697 442	4 664	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	2 730 179	13 835 369	5 068	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	2 969 632	15 414 362	5 191	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	2 783 036	11 159 845	4 010	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	2 261 992	13 540 981	5 986	4 479 869	14 091 821	3 146	1 172 860	3 419 293	2 916
2011	2 470 694	12 441 626	5 036	4 555 312	15 457 911	3 393	1 053 924	2 427 721	2 381
2012 ⁽¹⁾	3 010 744	16 527 860	5 490	4 459 855	10 941 162	2 453	774 592	2 114 195	2 729

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTAS: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2012

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Março	248 135	23 633	51 843
1998	854 517	236 358	193 435	Abril	218 169	22 487	43 411
1999	957 237	198 873	229 466	Maio	237 488	25 059	50 548
2000	1 041 412	181 113	235 315	Junho	233 006	23 759	46 637
2001	1 121 828	197 985	263 451	Julho	241 015	21 342	60 648
2002	1 235 681	219 350	333 951	Agosto	249 963	21 460	62 635
2003	1 344 398	219 774	359 139	Setembro	241 461	21 183	61 548
2004	1 557 656	276 808	340 645	Outubro	244 781	24 829	53 044
2005	1 788 481	308 947	367 765	Novembro	245 610	25 796	52 868
2006	1 856 538	316 897	390 394	Dezembro	253 704	28 070	55 340
2007	2 057 318	295 010	437 152	2012 ⁽¹⁾	1 512 483	136 591	330 474
2008	2 480 908	279 609	454 340	Janeiro	249 459	21 202	53 541
2009	2 489 061	282 220	509 156	Fevereiro	237 860	20 893	52 076
2010	2 725 634	338 599	531 514	Março	267 575	21 204	59 047
2011	2 868 973	279 585	629 586	Abril	240 526	22 690	51 005
Janeiro	228 175	21 329	45 270	Maio	278 161	25 691	58 869
Fevereiro	227 467	20 637	45 795	Junho	238 902	24 911	55 936

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2012

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
			US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 932
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 957
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
2011 ⁽¹⁾	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 955	38,21	385 059	2,21	17 394 272
Janeiro	380 538	44,01	91 762	10,61	365 033	42,22	27 347	3,16	864 680
Fevereiro	351 583	34,23	159 460	15,53	490 636	47,77	25 356	2,47	1 027 035
Março	618 048	46,56	148 945	11,22	538 173	40,54	22 249	1,68	1 327 415
Abril	928 116	59,21	92 402	5,89	515 006	32,85	32 019	2,04	1 567 543
Maio	823 247	48,39	294 400	17,31	545 496	32,07	37 988	2,23	1 701 132
Junho	897 361	51,54	266 370	15,30	545 349	31,32	32 046	1,84	1 741 126
Julho	646 727	43,24	238 104	15,92	581 660	38,89	29 192	1,95	1 495 684
Agosto	817 671	44,84	290 316	15,92	670 794	36,79	44 571	2,44	1 823 353
Setembro	807 452	49,27	270 041	16,48	530 875	32,39	30 568	1,87	1 638 937
Outubro	595 757	42,69	161 819	11,59	597 689	42,82	40 412	2,90	1 395 677
Novembro	543 779	39,59	206 787	15,06	586 961	42,74	35 876	2,61	1 373 403
Dezembro	542 200	37,70	190 371	13,24	678 283	47,16	27 434	1,91	1 438 288
2012 ⁽¹⁾	7 348 756	48,49	1 830 335	12,08	5 692 128	37,56	284 195	1,88	15 155 414
Janeiro	505 985	44,82	137 019	12,14	466 352	41,31	19 497	1,73	1 128 853
Fevereiro	483 922	38,62	142 155	11,34	594 263	47,42	32 827	2,62	1 253 168
Março	725 431	49,94	138 024	9,50	563 315	38,78	25 912	1,78	1 452 682
Abril	813 746	56,05	75 665	5,21	532 918	36,71	29 385	2,02	1 451 715
Maio	1 078 955	53,42	266 792	13,21	628 786	31,13	45 217	2,24	2 019 751
Junho	742 085	48,26	163 679	10,64	609 311	39,62	22 702	1,48	1 537 777
Julho	795 870	53,32	180 331	12,08	492 178	32,97	24 339	1,63	1 492 718
Agosto	796 650	49,33	188 781	11,69	597 124	36,98	32 250	2,00	1 614 806
Setembro	633 459	45,28	191 312	13,68	552 905	39,52	21 277	1,52	1 398 952
Outubro	772 652	42,81	346 577	19,20	654 975	36,29	30 788	1,71	1 804 993

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2012

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 659	3 699 490	233 169	48 012 790	49 301 558	- 1 288 768
2000	4 394 162	4 686 229	- 292 067	55 118 920	55 850 663	- 731 743
2001	5 320 211	4 928 952	391 259	58 286 593	55 601 757	2 684 836
2002	5 703 081	3 333 392	2 369 689	60 438 653	47 242 654	13 195 999
2003	7 157 853	3 486 051	3 671 802	73 203 222	48 325 652	24 877 570
2004	9 405 020	4 026 140	5 378 879	96 677 839	62 835 616	33 842 223
2005	10 033 533	4 527 237	5 506 296	118 529 185	73 600 376	44 928 809
2006	10 016 338	5 977 971	4 038 367	137 807 470	91 350 580	46 456 889
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010	14 176 010	13 956 957	219 054	201 915 285	181 760 737	20 154 548
2011 ⁽¹⁾	17 394 228	18 767 165	- 1 372 936	256 039 575	226 240 411	29 799 164
Janeiro	864 680	1 283 620	- 418 939	15 214 353	14 816 982	397 371
Fevereiro	1 027 035	1 175 349	- 148 314	16 732 470	15 538 563	1 193 907
Março	1 327 415	1 348 425	- 21 010	19 285 977	17 732 087	1 553 890
Abril	1 567 543	1 454 539	113 004	20 172 977	18 311 863	1 861 114
Mai	1 701 132	1 679 667	21 465	23 208 657	19 685 240	3 523 417
Junho	1 741 126	1 651 753	89 372	23 689 079	19 259 456	4 429 623
Julho	1 495 684	1 453 013	42 671	22 251 877	19 113 873	3 138 004
Agosto	1 823 353	1 879 676	- 56 323	26 158 507	22 270 078	3 888 429
Setembro	1 638 932	1 749 676	- 110 743	23 285 058	20 212 405	3 072 653
Outubro	1 395 671	1 662 983	- 267 312	22 139 953	19 781 728	2 358 225
Novembro	1 373 394	1 825 100	- 451 706	21 773 463	21 201 857	571 606
Dezembro	1 438 264	1 603 365	- 165 101	22 127 204	18 316 279	3 810 925
2012 ⁽¹⁾	16 461 486	17 950 850	- 1 489 364	222 831 485	205 643 081	17 188 403
Janeiro	1 128 853	1 776 026	- 647 173	16 141 225	17 447 706	- 1 306 481
Fevereiro	1 253 168	1 257 578	- 4 410	18 027 792	16 321 783	1 706 009
Março	1 452 682	1 606 635	- 153 953	20 910 732	18 888 863	2 021 869
Abril	1 451 715	1 579 781	- 128 066	19 556 298	18 686 704	879 594
Mai	2 019 752	1 771 711	248 041	23 214 807	20 255 290	2 872 069
Junho	1 537 777	1 528 009	9 768	19 352 834	18 548 342	804 493
Julho	1 492 718	1 532 744	- 40 026	21 003 237	18 131 168	2 872 069
Agosto	1 614 806	1 859 324	- 244 519	22 380 911	19 156 003	3 224 909
Setembro	1 398 952	1 491 212	- 92 260	19 998 383	17 444 911	2 553 472
Outubro	1 804 993	1 668 366	136 626	21 763 368	20 103 860	1 659 508
Novembro	1 306 070	1 879 463	- 573 392	20 471 896	20 658 452	- 186 556

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2012

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)																
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Jan./11	Fev./11	Mar./11	Abr./11	Mai./11
Combustíveis e lubrificantes	91,72	94,09	110,19	117,46	121,97	119,36	99,75	102,36	104,67	103,54	104,07	100,00	99,43	94,96	104,41	91,88	96,79
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	78,90	77,08	72,65	70,22	78,27	72,79	77,22	82,30	85,45	89,23	94,33	100,00	93,75	88,16	96,27	105,63	91,08
Hipermercados e supermercados	79,06	77,72	73,50	71,10	79,28	73,12	77,47	82,60	85,62	89,44	94,36	100,00	93,87	88,08	96,32	105,68	90,91
Tecidos, vestuário e calçados	89,69	90,65	79,79	83,26	89,41	90,21	88,90	93,49	97,72	97,10	101,79	100,00	91,40	77,75	88,09	100,01	107,39
Móveis e eletrodomésticos	37,29	35,60	35,03	37,40	48,40	54,75	59,50	66,90	73,49	73,79	85,56	100,00	99,65	84,06	86,75	85,16	108,03
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	41,47	45,67	48,52	51,25	58,33	71,99	85,86	100,00	87,47	84,54	95,66	90,04	98,32
Livros, jornais, revistas e papelaria	70,67	70,65	68,04	70,93	80,57	88,49	102,23	100,00	128,02	137,31	109,44	98,00	110,59
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,36	11,30	17,12	21,99	43,75	69,67	95,37	100,00	72,18	77,31	84,66	79,83	112,96
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	41,89	47,78	55,48	60,59	71,31	79,09	91,71	100,00	85,96	76,67	85,28	90,60	90,57
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	63,01	62,44	62,02	62,55	69,61	68,93	70,95	75,99	81,34	85,59	93,47	100,00	93,67	86,25	93,55	97,06	97,38
ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)																
	Jun./11	Jul./11	Ago./11	Set./11	Out./11	Nov./11	Dez./11	2012	Jan./12	Fev./12	Mar./12	Abr./12	Mai./12	Jun./12	Jul./12	Ago./12	Set./12
Combustíveis e lubrificantes	98,29	101,64	107,35	100,94	100,53	99,45	104,34	106,99	93,99	97,13	108,61	99,81	108,74	105,99	112,74	118,92	116,96
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	94,59	101,09	99,69	98,74	101,93	100,83	128,26	107,72	113,54	106,78	112,86	108,23	103,76	103,60	106,47	107,88	106,38
Hipermercados e supermercados	94,55	101,05	99,64	98,77	101,98	100,63	128,53	108,02	114,31	107,32	113,22	108,63	103,42	103,62	106,67	108,19	106,81
Tecidos, vestuário e calçados	97,95	92,28	94,46	94,23	93,57	94,84	168,03	99,69	91,20	77,57	98,04	103,27	118,29	109,98	101,15	103,87	93,81
Móveis e eletrodomésticos	85,60	96,53	98,20	98,01	97,17	105,96	154,87	104,07	124,19	97,91	110,13	98,71	110,77	104,50	99,06	102,36	89,03
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	97,97	100,71	103,11	100,09	104,34	106,44	131,30	117,43	107,85	101,95	123,03	112,84	122,23	120,23	122,41	127,46	118,90
Livros, jornais, revistas e papelaria	99,59	99,26	104,06	92,34	49,57	50,19	121,63	102,00	154,67	131,46	107,97	83,98	90,35	83,50	90,01	93,23	82,80
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	120,87	117,44	117,81	120,06	89,64	96,74	110,50	89,27	78,16	71,77	95,72	93,79	92,65	79,37	96,50	103,96	91,47
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	94,22	95,11	101,57	85,70	100,99	102,77	190,56	108,58	106,08	88,76	105,01	112,39	117,90	113,14	112,88	114,72	106,35
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	94,79	99,82	100,81	98,42	99,47	101,11	137,68	106,64	109,03	99,93	110,25	105,48	108,19	105,50	106,90	109,66	104,81

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2012

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																							
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Jan/11	Fev/11	Mar/11
Indústria de transformação	74,0	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	134,4	131,6	150,3	160,9	149,7	135,7	153,4
Alimentos	73,3	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	112,8	107,9	116,8	117,4	87,0	91,6	109,1
Bebidas	58,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	122,0	126,2	140,4	141,6	128,2	124,0	141,5
Madeira	56,7	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	94,1	72,8	80,1	87,1	77,8	74,3	83,4
Celulose, papel e produtos de papel	90,8	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	133,2	132,2	139,3	140,8	148,1	135,1	152,2
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	239,7	428,7	446,0	422,8	748,1	153,1	389,8
Refino de petróleo e álcool	70,1	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	100,6	100,1	91,7	102,8	93,1	81,4	82,7
Outros produtos químicos	59,0	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	64,6	77,8	66,9	68,5	70,8	72,4	54,5
Borracha e plástico	82,6	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	111,4	123,9	122,5	129,1	134,8	124,7	125,9	139,5
Minerais não metálicos	60,8	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	120,3	123,2	129,7	133,8	124,0	124,7	136,1
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	141,9	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	114,3	99,1	120,5	132,8	118,3	119,8	132,9
Máquinas e equipamentos	39,6	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	161,2	143,3	178,5	171,0	146,1	179,9	203,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	109,8	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	132,7	118,6	130,9	149,1	115,8	153,0	151,1
Veículos automotores	60,2	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	275,0	200,0	315,2	409,4	275,5	384,8	369,9
Mobiliário	57,2	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	93,3	84,8	108,6	102,7	100,8	103,8	93,7

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																			
	Abr/11	Maio/11	Jun/11	Jul/11	Ago/11	Set/11	Out/11	Nov/11	Dez/11	2012	Jan/12	Fev/12	Mar/12	Abr/12	Maio/12	Jun/12	Jul/12	Ago/12	Set/12	Out/12
Indústria de transformação	142,3	154,7	164,5	169,4	185,2	161,7	167,0	172,5	174,2	156,3	157,3	137,6	176,5	145,7	163,8	152,4	158,8	165,9	147,2	158,0
Alimentos	114,1	133,5	132,6	136,0	130,2	138,5	125,9	112,2	97,9	121,9	90,7	96,0	114,0	113,2	136,6	125,1	137,6	142,3	130,5	132,7
Bebidas	137,1	130,7	108,4	118,8	148,2	148,5	167,1	171,3	175,6	138,1	131,2	135,3	147,7	135,6	123,5	107,4	114,5	154,2	153,1	178,4
Madeira	79,6	82,4	82,1	95,8	95,5	97,2	99,4	98,8	79,7	100,6	96,8	90,0	102,3	91,7	103,3	90,9	103,3	110,7	105,6	111,8
Celulose, papel e produtos de papel	140,3	146,4	104,5	145,4	140,3	144,0	143,7	138,8	151,1	140,3	148,0	133,5	149,4	138,6	139,2	109,0	145,0	148,0	145,0	147,7
Edição, impressão e reprodução de gravações	187,3	172,9	484,6	388,3	642,8	282,9	363,2	499,8	761,0	392,2	993,1	346,3	737,3	313,7	351,9	341,2	226,2	209,5	190,6	211,9
Refino de petróleo e álcool	102,2	115,1	109,0	109,3	117,3	111,3	107,1	109,3	95,6	106,8	96,2	95,2	97,3	101,0	118,6	107,6	109,6	122,7	108,6	111,7
Outros produtos químicos	58,9	78,4	79,5	79,9	62,6	69,7	68,3	66,6	60,9	61,2	70,5	52,7	48,0	46,4	66,4	59,1	75,0	58,1	64,4	71,5
Borracha e plástico	126,3	132,6	137,6	139,7	143,0	145,4	137,4	139,9	125,4	136,5	135,3	123,2	140,2	131,6	148,0	133,4	140,1	141,6	132,1	139,1
Minerais não metálicos	134,1	140,8	135,6	137,5	135,9	135,5	140,8	132,4	128,4	130,1	119,2	128,3	133,8	119,6	133,7	122,9	132,1	140,8	134,6	135,7
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	130,1	143,6	133,2	136,5	142,5	139,0	133,5	136,3	127,7	134,4	120,8	124,8	138,1	134,1	144,1	133,5	138,5	140,6	129,3	139,8
Máquinas e equipamentos	155,3	183,8	177,6	145,6	162,7	155,3	186,3	179,1	176,9	170,4	193,8	152,8	180,1	167,8	188,2	176,0	129,3	170,6	155,3	189,7
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	117,2	175,3	169,6	169,7	160,2	147,7	150,7	159,0	120,3	146,0	115,1	134,8	163,1	124,9	151,1	178,1	148,5	153,1	138,8	152,4
Veículos automotores	378,4	378,0	396,2	459,6	500,6	410,3	436,2	472,2	450,5	357,7	174,9	315,6	421,7	350,2	375,4	366,4	437,4	437,3	333,9	363,8
Mobiliário	85,1	98,1	95,9	102,2	112,4	110,8	109,7	113,7	106,3	107,9	91,2	93,5	106,9	95,7	106,7	108,4	112,5	126,2	111,0	126,7

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2012

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)																
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Jan./11	Fev./11	Mar./11	Abr./11	Mai./11	Jun./11	Jul./11
Indústria geral	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	103,0	104,2	109,9	104,2	105,5	107,4	108,8	111,0	111,6	111,8
Indústrias extrativas	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	71,7	66,8	68,4	67,9	66,6	66,7	67,8	67,4	65,9
Indústria de transformação	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	103,4	104,6	110,4	104,7	106,0	107,9	109,4	111,6	112,1	112,4
Alimentos e bebidas	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	157,3	153,1	173,3	152,2	155,0	161,8	168,6	177,9	181,6	182,3
Fumo	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	166,2	168,7	178,6	205,7	278,4	293,5	302,4	279,9	172,8	100,4
Têxtil	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	77,5	82,9	87,5	84,6	85,8	86,3	87,3	87,4	87,2	86,6
Vestuário	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	97,2	93,1	88,3	87,8	91,6	89,7	88,5	89,7	88,2	88,7
Calçados e couro	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	91,5	103,1	92,0	89,9	91,0	91,5	91,7	95,9	92,6	95,8
Madeira	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	36,1	33,9	30,7	31,9	31,2	31,6	31,5	30,7	30,3	30,4
Papel e gráfica	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	123,3	130,7	134,6	134,1	132,8	133,7	133,1	132,4	135,8	137,5
Refino de petróleo e combustíveis	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	270,8	226,8	217,7	180,3	185,2	218,9	224,8	230,7	231,8	237,9
Produtos químicos	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	92,9	99,9	101,2	100,7	99,4	97,4	97,8	100,0	100,5	102,9
Borracha e plástico	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	83,8	79,9	80,1	77,9	78,6	81,5	80,9	81,1	78,7	79,3
Minerais não-metálicos	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	130,2	128,0	131,4	126,6	127,5	128,1	126,8	129,0	132,3	132,2
Metalurgia básica	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	71,1	78,9	85,1	82,2	82,9	83,7	84,1	83,9	84,5	84,1
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	103,7	111,2	121,1	123,1	127,3	124,7	123,2	127,7	129,8	125,7
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	151,0	170,8	157,7	166,1	164,1	164,9	161,5	159,5	157,2	152,0
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	103,2	110,9	146,5	121,3	124,3	128,7	133,2	139,0	139,9	142,1
Fabricação de meios de transporte	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	141,5	149,9	168,6	159,2	160,1	162,7	165,9	168,0	168,9	172,0
Fabricação de outros produtos	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	58,4	60,0	67,8	63,4	64,0	65,9	69,0	68,9	69,3	69,5

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)																
	Ago./11	Set./11	Out./11	Nov./11	Dez./11	2012	Jan./12	Fev./12	Mar./12	Abr./12	Mai./12	Jun./12	Jul./12	Ago./12	Set./12	Out./12	
Indústria geral	112,2	112,4	112,8	111,5	109,2	112,7	109,0	110,1	111,1	113,5	113,7	113,8	113,6	113,9	114,2	113,9	
Indústrias extrativas	66,4	68,2	66,8	65,7	64,1	65,6	66,6	65,9	66,3	65,3	66,0	64,8	64,8	64,7	65,2	66,6	
Indústria de transformação	112,7	113,0	113,3	112,0	109,8	113,3	109,6	110,7	111,6	114,1	114,3	114,4	114,2	114,5	114,8	114,5	
Alimentos e bebidas	181,8	183,2	182,4	178,5	174,5	186,3	172,2	174,7	176,0	187,8	188,7	191,6	192,8	193,5	194,2	191,4	
Fumo	98,2	93,2	101,6	106,8	110,8	196,9	215,1	247,7	301,6	295,7	251,9	222,8	104,8	104,8	106,8	117,7	
Têxtil	86,1	88,7	89,9	91,9	88,8	97,3	92,7	94,6	94,8	97,1	96,9	96,1	98,0	97,6	100,3	104,6	
Vestuário	89,3	89,1	87,6	86,4	83,5	74,0	80,6	78,4	76,0	73,8	73,5	72,5	72,0	72,7	70,9	69,8	
Calçados e couro	93,1	91,1	90,9	89,3	90,7	84,8	91,1	88,6	84,8	85,6	85,8	84,2	82,6	82,2	81,9	81,1	
Madeira	30,2	30,2	30,4	29,9	29,7	29,9	29,3	29,6	29,5	29,4	29,5	30,0	30,4	30,6	30,4	30,4	
Papel e gráfica	134,9	135,0	135,2	135,9	135,1	130,0	135,5	134,5	131,2	130,0	127,9	127,6	128,5	127,4	129,3	128,7	
Refino de petróleo e combustíveis	232,3	232,0	229,4	214,4	194,7	232,1	201,0	204,6	216,9	243,7	246,6	246,0	243,4	242,4	241,1	235,8	
Produtos químicos	103,3	104,2	103,4	102,8	101,8	112,2	106,6	108,6	109,4	111,3	112,8	113,9	114,6	115,2	114,4	115,0	
Borracha e plástico	79,7	80,7	81,3	81,9	79,4	78,5	78,8	78,0	80,4	79,9	78,0	76,5	77,5	78,2	78,9	79,0	
Minerais não-metálicos	132,4	133,1	136,3	136,0	136,1	140,8	136,2	140,4	142,0	141,8	141,1	139,4	140,6	142,7	141,8	142,3	
Metalurgia básica	84,8	85,9	88,2	88,6	88,4	89,5	88,9	89,3	89,9	90,7	90,1	90,7	89,9	89,7	87,9	87,8	
Produtos de metal ⁽¹⁾	121,4	113,1	114,2	112,9	110,5	122,2	110,9	123,9	125,3	126,6	126,8	123,3	124,0	122,7	120,1	118,3	
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	152,5	151,9	155,4	155,3	152,6	155,0	155,7	154,8	154,8	155,3	155,2	154,1	154,1	155,3	155,1	155,7	
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	160,3	164,0	170,5	169,6	165,5	182,4	160,8	163,3	176,9	184,3	191,1	193,1	188,3	186,1	191,1	189,4	
Fabricação de meios de transporte	172,5	173,3	175,6	174,4	170,2	174,7	171,4	170,9	174,6	174,0	173,6	174,3	172,3	174,6	179,9	181,2	
Fabricação de outros produtos	69,3	70,3	69,2	67,7	67,2	67,4	67,5	67,4	67,7	68,2	68,6	68,0	66,4	66,1	66,4	68,1	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2012

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
jan.- out. 2012	31 560	12 982	24 778	49 487	7 012	-	125 819

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2011

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,96
2007	161 582	6,74	2 661 345	6,09
2008	179 263	4,28	3 032 203	5,17
2009	189 992	-1,32	3 239 404	-0,33
2010 ⁽³⁾	217 290	10,01	3 770 085	7,53
2011 ⁽³⁾	241 809	4,00	4 143 013	2,70

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IparDES para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

